

Ferrolease  
Locação e Venda  
de Equipamentos  
Ferroviários S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016 e 2015**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar  
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil  
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores da  
Ferrolease Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A.  
Curitiba - PR

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Ferrolease Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrolease Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Edson Rodrigues da Costa  
Contador CRC PR-054199/O-0

## Ferrolease Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.487.277	3.033.259	Empréstimos e financiamentos	12	8.056.696	7.851.140
Contas a receber de clientes	7	2.467.702	1.846.810	Adiantamentos de clientes		1.073.784	1.183.228
Impostos a recuperar	8	1.628.787	2.124.279	Dividendos e juros sobre o capital próprio	9	932.002	1.579.970
Outras contas a receber		<u>4.859</u>	<u>3.820</u>	Partes relacionadas	9	1.240.140	-
				Outras contas a pagar		<u>492.672</u>	<u>1.557.149</u>
		<u>6.588.625</u>	<u>7.008.168</u>			<u>11.795.294</u>	<u>12.171.487</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
In Impostos a recuperar	8	17.200	1.033.444	Empréstimos e financiamentos	12	37.125.269	45.035.801
Outras contas a receber		-	34.315	Partes relacionadas	9	323.990	283.530
Partes relacionadas	9	808.578	1.315.282	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	8.591.259	6.506.147
In Imobilizado	10	<u>82.321.220</u>	<u>85.740.576</u>	Provisão para contingências	14	<u>248.257</u>	<u>608.258</u>
		<u>83.146.998</u>	<u>88.123.617</u>			<u>46.288.775</u>	<u>52.433.736</u>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
					15		
				Capital social		20.635.225	20.635.225
				Reserva de capital		3.479.197	3.479.197
				Ajustes de avaliação patrimonial		900.858	954.691
				Reservas de lucros		<u>6.636.274</u>	<u>5.457.449</u>
						<u>31.651.554</u>	<u>30.526.562</u>
		<u>89.735.623</u>	<u>95.131.785</u>			<u>89.735.623</u>	<u>95.131.785</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ferrolease Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Nota	2016	2015
<b>Receita operacional líquida</b>	16	16.026.351	13.755.074
<b>Custo dos serviços prestados</b>			
Arrendamento	11	(40.460)	(42.000)
Depreciação de ativos ferroviários		<u>(2.654.008)</u>	<u>(2.126.915)</u>
<b>Lucro bruto</b>		13.331.883	11.586.159
<b>Despesas operacionais</b>			
Depreciação e amortização		(2.255)	(2.729)
Salários e benefícios		(940.573)	(1.051.465)
Despesas com serviços profissionais	17	(191.644)	(307.196)
Viagens e estadas		(84.369)	(118.348)
Administrativas		<u>(292.752)</u>	<u>(371.569)</u>
<b>Resultado não operacional</b>			
Outros resultados não operacionais	19	<u>892.663</u>	<u>-</u>
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<u>12.712.953</u>	<u>9.734.852</u>
Receitas financeiras	18	351.194	538.326
Despesas financeiras	18	<u>(2.903.157)</u>	<u>(2.687.613)</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<u>(2.551.963)</u>	<u>(2.149.287)</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		10.160.990	7.585.565
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	(637.773)	(428.803)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	<u>(2.085.112)</u>	<u>(1.538.112)</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<u><u>7.438.105</u></u>	<u><u>5.618.650</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ferrolease Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A.

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	2016	2015
<b>Resultado do exercício</b>	7.438.105	5.618.650
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>7.438.105</u></u>	<u><u>5.618.650</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Ferrolease Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Capital social			Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva de capital		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>20.685.225</u>	<u>(50.000)</u>	<u>3.479.197</u>	<u>1.008.525</u>	<u>992.509</u>	<u>4.683.956</u>	<u>-</u>	<u>30.799.412</u>
Realização do custo atribuído	-	-	-	(53.834)	-	-	53.834	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(4.137.650)	-	(4.137.650)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	5.618.650	5.618.650
Destinações								
Reserva legal	-	-	-	-	280.933	-	(280.933)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(1.753.850)	(1.753.850)
Retenção de lucros no exercício	-	-	-	-	-	3.637.701	(3.637.701)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>20.685.225</u>	<u>(50.000)</u>	<u>3.479.197</u>	<u>954.691</u>	<u>1.273.442</u>	<u>4.184.007</u>	<u>-</u>	<u>30.526.562</u>
Realização do custo atribuído	-	-	-	(53.834)	-	-	53.834	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(4.184.007)	-	(4.184.007)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	7.438.105	7.438.105
Destinações								
Reserva legal	-	-	-	-	371.905	-	(371.905)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(2.129.105)	(2.129.105)
Retenção de lucros no exercício	-	-	-	-	-	4.990.929	(4.990.929)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>20.685.225</u>	<u>(50.000)</u>	<u>3.479.197</u>	<u>900.857</u>	<u>1.645.347</u>	<u>4.990.929</u>	<u>-</u>	<u>31.651.555</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ferrolease Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado do exercício	7.438.105	5.618.650
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	2.837.123	2.350.952
Provisão para contingências	(360.001)	-
Juros apropriados sobre empréstimos com partes relacionadas	(18.000)	(19.956)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos com terceiros	2.740.797	2.513.830
Ganho sobre imobilizado baixado por sinistro	(727.628)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.085.112	1.538.112
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	64.632	-
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber de clientes	(685.524)	(510.570)
Impostos a recuperar e outras contas a receber	1.545.012	(2.015.762)
Partes relacionadas	40.460	42.030
Adiantamentos de clientes	(109.444)	(76.853)
Outras contas a pagar	(1.168.834)	1.197.897
Impostos sobre o lucro pagos	(554.839)	(273.370)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>13.126.971</u>	<u>10.364.960</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Recebimento de indenização com sinistro de ativo imobilizado	2.550.000	-
Aquisição de imobilizado	-	(7.815.821)
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento</b>	<u>-</u>	<u>(7.815.821)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Dividendos distribuídos	(4.184.007)	(4.137.650)
Juros sobre o capital próprio pagos	(877.737)	-
Empréstimos com partes relacionadas	1.834.565	(198.889)
Empréstimos e financiamentos tomados	-	2.021.487
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(7.469.602)	(4.487.579)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Juros	(2.976.172)	(1.986.343)
<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<u>(13.672.953)</u>	<u>(8.788.974)</u>
<b>Diminuição líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(545.982)</u>	<u>(6.239.835)</u>
<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>		
Na No início do exercício	3.033.259	9.273.094
Na No fim do exercício	<u>2.487.277</u>	<u>3.033.259</u>
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(545.982)</u>	<u>(6.239.835)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Ferrolease Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A. (“Companhia”), com sua sede na Rua Marechal Deodoro no. 471, 2º. Andar, sala 24, Curitiba - PR foi constituída em 26 de junho de 2002 tendo como sua principal atividade o aluguel de equipamentos ferroviários. A Companhia iniciou suas operações em abril de 2004 e atualmente possui um frota de 377 vagões, dos quais 89 vagões estão locados do acionista Global Railroad Leasing LLC (“GRL”) e os 288 vagões restantes são de propriedade da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, 20 vagões da frota não estavam locados para clientes.

A receita da Companhia, em 2016, foi predominantemente gerada através de contratos de locação de vagões, firmados com as empresas RUMO América Latina Logística S/A (“RUMO ALL”), VLI Multimodal S.A.(“VLI”), Agrex do Brasil S/A (“Agrex”) e Arcelor Mittal do Brasil (“Arcelor”).

Estão em operação 105 vagões hoppers HFT (150 m<sup>3</sup> de capacidade) locados para Agrex em 18 de novembro de 2009 (30) e 7 de fevereiro de 2011 (75). Estes contratos têm prazo de vencimento em março de 2035 e agosto de 2022, respectivamente. Estes vagões transportam grãos nas malhas de bitola larga da Estrada de Ferro Carajás (“EFC”) e Ferrovia Norte-Sul (“FNS”).

Em dezembro de 2012 a Companhia firmou contrato de locação de 36 vagões tipo HAE com a Arcelor para transporte de minério. Esta frota é de uso exclusivo da Arcelor e está responsável pelo carregamento e descarregamento de minério bruto entre a mina e a usina da Arcelor na cidade de João Monlevade, em Minas Gerais.

Existem três contratos assinados com a RUMO ALL. O primeiro contempla a locação de 89 vagões HFT (135m<sup>3</sup> de capacidade) e possui vencimento em julho de 2021. Estes vagões estão sendo utilizados no transporte de grãos entre Alto Araguaia/MT e Santos/SP, operando dentro da malha norte de bitola larga da ALL. Esse contrato foi renovado em julho de 2016, com alterações, por exemplo: a) o número total de vagões locados passou de 100 vagões (do tipo HFT) para 89 vagões (do tipo HFT); b) o prazo de locação estendeu-se por mais 60 meses a partir de 21 de Julho de 2016; c) as partes incluíram no aditivo ao contrato de locação cláusula com Opção de Compra dos vagões ao final do contrato; d) inclusão de cláusula de Indenização por Perda Total de 11 vagões (do tipo HFT) no valor unitário de R\$ 150.000,00. Em 01 de Setembro de 2016, a companhia recebeu o valor total de R\$ 1.650.000,00 referente a essa indenização.

O segundo contrato contempla a locação de 88 vagões tanque (do tipo TCT) que estão sendo utilizados na operação ferroviária, para o trecho Norte da RUMO ALL Rondonópolis em Mato Grosso a Paulínia, em São Paulo. Este contrato foi assinado em 15 de janeiro de 2014, e o início da locação se deu em julho de 2015. Ainda há um terceiro contrato, onde a RUMO ALL locou em 02 de maio de 2014, um total de 17 vagões tanque, tipo TCS (83m<sup>3</sup> de capacidade) contrato este previsto estar encerrado em maio de 2017.

Em setembro de 2014, a Companhia firmou com o Consórcio Pavotec, contrato de locação de 4 vagões Hopper Aberto, do tipo HAS (55m<sup>3</sup> de capacidade), que encontram-se em operação. O prazo de vencimento para este contrato era 31 de dezembro de 2016, mas o cliente já confirmou a necessidade de prorrogação do mesmo por pelo menos 06 (seis) meses.

Em janeiro de 2013, a Companhia firmou com a VLI, contrato de locação para 18 vagões tanques TCS (86m<sup>3</sup> de capacidade), que encontram-se em operação, sendo este contrato previsto encerrar em 28 de junho de 2017.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras apresentam-se em Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 17 de abril de 2017.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o decimal mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas CPC, exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas em notas explicativas.

As informações de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 10** - Imobilizado
- **Nota explicativa 14** - Provisão para contingências

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### **a. Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação.

#### **b. Instrumentos financeiros**

##### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria empréstimos e recebíveis.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

### **c. Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e outras contas a pagar.

### **d. Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

### **e. Imobilizado**

#### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumulada, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração no local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

**(ii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**f. Redução ao valor recuperável (“Impairment”)**

**(i) Ativos financeiros incluindo os recebíveis**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo

para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

*Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos.

Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

**(ii) *Ativos não financeiros***

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.



**g. Arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (regime de competência).

**h. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

**i. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**j. Receita operacional**

A receita operacional da locação de vagões no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. As receitas são reconhecidas mensalmente, com base nos contratos de locação de vagões, em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

**k. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos.

**l. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

#### **4 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**(i) Contas a receber de clientes**

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

**(ii) Outros passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

#### **5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

**(i) Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)**

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

**(ii) Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)**

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

**(iii) IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

**(iv) IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

**(v) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Caixa e bancos	2.005	2.168
Aplicações financeiras	<u>2.485.272</u>	<u>3.031.091</u>
	<u>2.487.277</u>	<u>3.033.259</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, tais aplicações financeiras foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa, referenciados a taxas que se aproximam do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 7 Contas a receber de clientes

Consistem em valores relativos a contratos de locação de vagões, conforme descrito na nota explicativa 1. Em 31 de dezembro de 2016 o total do contas a receber encontra-se em aberto, exceto pelo valor provisionado para perdas de R\$ 91.812 (R\$ 27.180 em 2015).

## 8 Impostos a recuperar

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
IRPJ/CSLL	503.574	530.734
PIS/COFINS	1.140.765	2.625.111
Outros	<u>1.648</u>	<u>1.878</u>
	<u>1.645.987</u>	<u>3.157.723</u>
Circulante	1.628.787	2.124.279
Não circulante	17.200	1.033.444

## 9 Partes relacionadas

Os saldos com as empresas relacionadas foram realizados conforme os termos e condições acordados entre as partes, os quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros e estão apresentados a seguir:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Mútuo com GRL Brasil Ltda.	2.608	2.608
Mútuo com Ferrolease Participações S.A.	-	524.704
Empréstimo concedido à GRL USA (i)	<u>805.970</u>	<u>787.970</u>
	<u>808.578</u>	<u>1.315.282</u>

**Ferrolease Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A.**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2016 e 2015*

**Passivo circulante**

Juros sobre o capital próprio (vide nota explicativa 15 (f))	932.002	1.579.970
Valor devidos à GRL USA (ii)	<u>1.240.140</u>	<u>-</u>

**Passivo não circulante**

Aluguéis devidos à GRL USA (iii)	<u>323.960</u>	<u>283.530</u>
	<u><u>2.496.102</u></u>	<u><u>1.863.500</u></u>

- (i) Refere-se a empréstimos nos montantes de R\$ 290.000 e R\$ 350.000, acrescidos de juros de 9,83% a.a. e Libor + 3% a.a., respectivamente. Em 15 de abril de 2009 foi deliberado, através de Assembleia Geral Extraordinária, a compensação dos saldos referente aos aluguéis a pagar pela Ferrolease S.A à GRL USA com valores de empréstimos concedidos pela Ferrolease S.A à GRL USA. Considerando que a Administração ainda não definiu prazo para compensação desses valores, tais ativos foram reclassificados para o ativo não circulante em 2009. Existe a previsão contratual entre a GRL USA e a Ferrolease de se fazer a compensação de saldo em haver entre as empresas, onde este valor a pagar pela GRL USA para Ferrolease será compensado com os valores que a Ferrolease tem a pagar à GRL USA. Esta compensação ocorrerá quando a nacionalização dos 100 vagões hoppers HFT locados pela Ferrolease com GRL USA.
- (ii) Valor a repassar a GRL USA relativo a perda por sinistro de 11 vagões, os quais foram cobertos pela seguradora.
- (iii) Valores relativos a aluguel a pagar originados do contrato com a GRL USA, proprietária dos 100 vagões arrendados pela Ferrolease. Ajustado para 89 vagões em 2016, em função de acidente com perda total.

## 10 Imobilizado

### (i) Composição do saldo

	<u>2016</u>			<u>2015</u>
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Ativos ferroviários	92.324.455	(10.222.492)	82.101.963	85.518.746
Ativos ferroviários em andamento	212.866	-	212.866	212.866
Benfeitorias em propriedade de terceiros (i)	7.326.714	(7.326.714)	-	-
Equipamentos de computação e telefonia	32.904	(31.921)	983	2.587
Máquinas e equipamentos	3.289	(2.234)	1.055	1.229
Móveis e utensílios	39.198	(34.845)	4.353	5.148
	<u>99.939.426</u>	<u>(17.618.206)</u>	<u>82.321.220</u>	<u>85.740.576</u>

### (ii) Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2015	<u>Movimentação 2016</u>			Saldo em 31/12/2016
	Custo	Adições	Baixas	Reclassificações	Custo
Ativos ferroviários	93.186.550	-	(862.095)	-	92.324.455
Ativos ferroviários em andamento	212.866	-	-	-	212.866
Benfeitorias em propriedade de terceiros	8.337.961	-	(1.011.247)	-	7.326.714
Equipamentos de computação e telefonia	34.174	-	(1.270)	-	32.904
Máquinas e equipamentos	3.289	-	-	-	3.289
Móveis e utensílios	39.198	-	-	-	39.198
	<u>101.814.038</u>	<u>-</u>	<u>(1.874.612)</u>	<u>-</u>	<u>99.939.426</u>

**(iii) Movimentação da depreciação acumulada**

	Saldo em 31/12/2015	Movimentação 2016			Saldo em 31/12/2016
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Reclassificações	Depreciação acumulada
Ativos ferroviários	(7.667.804)	(2.834.867)	280.179	-	(10.222.492)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(8.337.961)	-	1.011.247	-	(7.326.714)
Equipamentos de computação e telefonia	(31.587)	(1.287)	953	-	(31.921)
Máquinas e equipamentos	(2.060)	(174)	-	-	(2.234)
Móveis e utensílios	(34.050)	(795)	-	-	(34.845)
	<u>(16.073.462)</u>	<u>(2.837.123)</u>	<u>1.292.379</u>	<u>-</u>	<u>(17.618.206)</u>

- (i) Refere-se, substancialmente, aos custos de transporte dos 100 vagões tipo HFT, importados dos EUA para o Brasil, bem como gastos incorridos na reforma/recuperação de vagões que são utilizados na operação da Companhia. A propriedade dos vagões pertence à empresa americana GRL LLC, a qual arrendou (arrendamento mercantil operacional) tais vagões para a Companhia. O respectivo contrato de arrendamento mercantil foi registrado no Banco Central do Brasil, sendo que os vagões possuem permissão temporária para permanecerem neste país por cinco anos. Entretanto, a Companhia vem estendendo a permanência deste prazo a cada ano, de acordo com a legislação vigente. Em 2016 houve acidente com perda total envolvendo 11 vagões locados, de forma que o saldo de unidades locadas foi ajustado para 89 vagões.

***Revisão das vidas úteis***

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior. Abaixo, encontram-se as taxas de depreciação referentes a tais ativos:

Ativos ferroviários	3%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	16,7%
Equipamentos de computação e telefonia	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%

***Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos***

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do seu valor recuperável, conseqüentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

***Garantias***

Vagões de carga, de valor total de R\$ 52.886 mil, foram dados em garantia na operação contratada junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME (vide nota explicativa 12).

**11 Contratos de aluguéis de vagões**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia possui contrato de locação referente a 89 (100 em 2015) vagões tipo HFT, no qual a Companhia é arrendatária. O contrato possui prazo de duração de 5 anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após essa data.

Como locatária de tais vagões, a Companhia reconheceu os seguintes valores de custos com operações de locação:

	2016	2015
Custos com arrendamento	40.460	42.000

Tais ativos, de valor total de R\$ 7.326.714 (R\$ 8.337.961 em 2015) - valor de custo após benfeitorias -, foram subarrendados, sendo que os contratos de subarrendamento possuem prazo médio de 5 anos, a contar da data dos contratos, os quais foram, substancialmente, renovados em 2014, com prazo até 2019.

## 12 Empréstimos e financiamentos

	2016	2015
<b>Em moeda local</b>		
FINAME (juros de TJLP + 3,3% a.a.) (i)	-	516.107
FINAME		
- Programa PSI / BNDES juros fixos de 4,5% a.a. (ii)	3.143.000	4.190.666
- Programa PSI / BNDES juros fixos de 6,5% a.a. (iii)	9.309.841	11.341.079
FINAME (juros fixos de 3,5% a.a.) (iv)	5.785.956	6.763.864
FINAME (juros fixos de 4,5% a.a.) (v)	14.840.088	16.522.985
FINAME (juros fixos de 7,0% a.a.) (vi)	12.103.080	13.552.240
	<u>45.181.965</u>	<u>52.886.941</u>
Parcela classificada no passivo circulante	8.056.696	7.851.140
Passivo classificada no passivo não circulante	37.125.269	45.035.801

- (ii) Em 19 de abril de 2007, a Companhia efetuou abertura de crédito com limite de R\$ 4.706.029 a ser provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual vem sendo pago em 114 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de dezembro de 2007 e a última em 15 de maio de 2017. Do limite aprovado de R\$ 4.449.167, a totalidade foi utilizada para a aquisição de 35 vagões tanques TCS (86m<sup>3</sup>), oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 35 vagões tanques dados em garantia ao FINAME, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações com o financiador (*covenants* não financeiros) para esse contrato, as quais incluem garantia de 168% do saldo devedor total, bem como obrigatoriedade de contratação de seguros para os bens objeto desse contrato.
- (iii) Em 24 de novembro 2009, a Companhia efetuou abertura de crédito com limite de R\$ 9.429.000 a ser provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual vem sendo pago em 108 prestações mensais e sucessivas, tendo a primeira vencido em 15 de janeiro de 2011 e a última em 15 de dezembro de 2019. Tal financiamento foi utilizado para a aquisição de 30 vagões hopper HFT (150m<sup>3</sup>), oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 30 vagões hopper dados em garantia ao FINAME, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações junto ao financiador (*covenants* não financeiros), tendo sido cedidos, como garantia, os recebíveis do contrato de locação dos 30 vagões com o cliente CEAGRO, ficando por conta do locatário a obrigação da contratação de seguros para os bens objeto desse contrato.
- (iv) Em 8 de julho de 2011, a Companhia concluiu negociação de financiamento no valor de R\$ 19.296.761 através de recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual será pago em 108 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2012 e a última em 15 de dezembro de 2022. Este limite aprovado foi utilizado para a aquisição de 75 vagões hopper HFT (150m<sup>3</sup>), os quais foram oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 105 vagões hopper dados em garantia ao FINAME, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações com o financiador (*covenants* não financeiros) para esse contrato.

- (v) Em 28 de outubro de 2013, a Companhia concluiu negociação de financiamento através de recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual será pago em 108 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2014 e a última em 15 de novembro de 2022. Este limite aprovado foi utilizado para a aquisição de 36 vagões hopper HAE, os quais foram oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 36 vagões hopper HAE dados em garantia ao agente financiador, conforme descrito na nota explicativa 9, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações com o financiador (*covenants* não financeiros) para esse contrato.
- (vi) Entre as datas de 19 de fevereiro de 2015 e 25 de agosto de 2015, a Companhia concluiu a negociação de financiamento através de recursos originários de repasses da Agência especial de Financiamento Industrial - FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual será pago em 112 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2015 e a última em 15 de janeiro de 2025. Este limite foi aprovado para a aquisição de 44 vagões tanque, tipo TCT, os quais foram oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 44 vagões tanque tipo TCT dados em garantia ao agente financiador, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações com o financiador (*covenants* não financeiros) para esse contrato.
- (vii) Entre as datas de 19 de maio de 2015 e 17 de setembro de 2015, a Companhia concluiu a negociação de financiamento através de recursos originários de repasses da Agência especial de Financiamento Industrial - FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual será pago em 88 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2015 e a última em 17 de abril de 2023. Este limite foi aprovado para a aquisição de 44 vagões tanque, tipo TCT, os quais foram oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 44 vagões tanque tipo TCT dados em garantia ao agente financiador, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações com o financiador (*covenants* não financeiros) para esse contrato.

Vagões de carga, de valor total de R\$ 52.886 mil, foram dados em garantia na operação contratada junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia está em conformidade com todas as obrigações requeridas pelos contratos de empréstimos e financiamentos, e não há *covenants* financeiros a serem cumpridos nesta data.

### 13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados de modo a refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base tributável dos ativos e passivos, e os respectivos valores contábeis.

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Ativo não circulante (adições temporárias)		
Provisão para contingências	-	399.950
Passivo não circulante (exclusões temporárias)		
Custo atribuído	(1.499.461)	(1.953.314)
Diferença depreciação fiscal e contábil	<u>(23.768.947)</u>	<u>(17.582.362)</u>
	<u>(25.268.408)</u>	<u>(19.135.726)</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda diferido (25%)	(6.317.102)	(4.783.932)
Contribuição social diferida (9%)	<u>(2.274.157)</u>	<u>(1.722.215)</u>
Passivo fiscal diferido	<u>(8.591.259)</u>	<u>(6.506.147)</u>



A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Resultado do exercício antes de impostos	10.160.990	7.585.565
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	(3.454.737)	(2.579.092)
Adições e (exclusões) permanentes e outros		
Juros sobre o capital próprio	723.896	596.309
Despesas não dedutíveis	(10.552)	(6.491)
Outros	18.508	22.359
	(2.722.885)	(1.966.915)
Imposto de renda e contribuição social no resultado		
Corrente	(637.773)	(428.803)
Diferido	(2.085.112)	(1.538.112)
Alíquota efetiva	27%	26%

## 14 Provisão para contingências

A Companhia é parte integrante em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas.

A provisão de R\$ 248.257 (R\$ 608.258 em 2015) foi constituída pela Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos e na sua avaliação dos riscos envolvidos e foi considerada suficiente para cobrir a provável perda estimada. Em dezembro de 2016 e 2015 a Companhia não possui ações com probabilidade de perda possível.

## 15 Patrimônio líquido

### a. Capital

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social da Companhia é de R\$ 20.685.225, dos quais R\$ 50.000 ainda não haviam sido integralizados, conforme AGE realizada em 28 de dezembro de 2010, sendo 20.685.225 de ações ordinárias (“ON”) com valor patrimonial de R\$ 1,00 com a totalidade das ações de titularidade da Ferrolease Participações S.A..

### b. Reserva de capital

Refere-se ao ágio oriundo da emissão de novas ações, em 2010.

### c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### d. Reserva de retenção de lucros

Os saldos da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram destinados à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para expansão e reforço do capital de giro.

**e. Ajustes de avaliação patrimonial**

Refere-se ao efeito de ajuste do custo atribuído dos equipamentos ferroviários, líquido de efeitos de imposto de renda e contribuição social, o qual originalmente foi registrado em 1º de janeiro de 2009 pelo valor de R\$ 1.331.529, conforme orientações do CPC 27 - Ativo Imobilizado e do ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. A reserva está sendo realizada contra a conta de lucros acumulados, de acordo realização dos ativos imobilizados avaliados.

**f. Dividendos e juros sobre o capital próprio**

De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia não provisionou o dividendo mínimo obrigatório porquê já havia deliberado pelo pagamento de R\$ 2.129.105 (R\$ 1.753.850 em 2015) a título de juros sobre o capital próprio, e este montante supera os 25% de dividendos mínimos. A Companhia calculou juros sobre o capital próprio, de acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante.

Durante o exercício de 2016 o acionista deliberou pela distribuição de dividendos extraordinários no montante de R\$ 4.184.707 (R\$4.137.650 em 2015).

## **16 Receita operacional líquida**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Receita de aluguel de vagões e locomotivas	17.659.891	15.157.107
Impostos sobre prestação de serviços	<u>(1.633.540)</u>	<u>(1.402.033)</u>
Receita operacional líquida	<u>16.026.351</u>	<u>13.775.074</u>

## **17 Despesas com serviços operacionais**

As despesas com serviços profissionais são compostas da seguinte forma:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Advocacia	73.471	79.479
Auditoria e contabilidade	95.812	85.617
Consultoria	19.868	138.350
Outros	<u>2.493</u>	<u>3.750</u>
	<u>191.644</u>	<u>307.196</u>

## 18 Resultado financeiro

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	309.732	490.018
Outros	<u>41.462</u>	<u>48.308</u>
	<u>351.194</u>	<u>538.326</u>
 <b>Despesas financeiras</b>		
Juros passivos	<u>(2.903.157)</u>	<u>(2.687.613)</u>
	<u>(2.551.963)</u>	<u>(2.149.287)</u>

## 19 Resultado não operacional

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Receitas não operacionais</b>		
Ganhos sobre imobilizado (i)	727.628	-
Outros	<u>165.035</u>	<u>-</u>
	<u>892.663</u>	<u>-</u>

- (i) Ganho decorrente de indenização de cobertura de seguro referente a sinistro com vagões ocorridos durante o exercício de 2016.

## 20 Instrumentos financeiros

### Gerenciamento dos riscos financeiros

#### *Visão geral*

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo:

		<b>2016</b>			<b>2015</b>
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil	Saldo contábil
<b>Ativos</b>					
Caixa e bancos	6	2.005	-	2.005	2.168
Aplicações financeiras	6	2.485.272	-	2.485.272	3.031.091
Contas a receber de clientes	7	2.467.702	-	2.467.702	1.846.810
 <b>Passivos</b>					
Empréstimos e financiamentos	12	-	45.181.965	45.181.965	52.886.941
Outras contas a pagar	-	-	492.672	492.672	1.557.150

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

### ***Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias***

- **Caixa e equivalentes de caixa** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- **Contas a receber de clientes e outras contas a pagar** - decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menor que 90 dias).
- **Empréstimos e financiamentos** - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

### ***Risco de crédito***

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco.

### ***Risco de mercado***

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados e dos demais componentes utilizados no processo de prestação de serviço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se aos movimentos de preços.

### ***Risco de taxas de juros e taxa de câmbio***

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Companhia não possui instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita a impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

### ***Risco de liquidez e estrutura de capital***

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

## **21 Cobertura de seguros**

Os contratos de locação que a Companhia possui com seus clientes RUMO - América Latina Logística S/A (RUMO ALL), Agrex do Brasil S/A (AGREX), Acelor Mittal do Brasil (Arcelor) e Vale Logística Integração (VLI), preveem cláusula obrigando o cliente ter cobertura de seguros para os vagões sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A Companhia também adota a política de contratar cobertura de seguros para os demais bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.